



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 02119/19

Aposentadoria por Tempo de Contribuição com proventos integrais. Julga-se legal o ato e correto o cálculo de proventos elaborado pela repartição de origem, quando atendidos os requisitos da Lei. Concessão de Registro.

ACÓRDÃO AC1 TC 161/2020

1. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:

1.1. APOSENTANDO(A):

1.1.1. NOME: Sueli Cardoso de Luna da Silva

1.1.2. QUALIFICAÇÃO: Auxiliar de Administração, matrícula nº 18.429-2, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

1.1.3. TEMPO DE SERVIÇO: 33 anos, 04 meses e 07 dias.

1.1.4. IDADE: 54 anos

1.2. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 3º, incisos I, II, e III da EC 47/05.

1.3. DATA DO ATO APOSENTATÓRIO: 28/12/2018

1.4. ÓRGÃO E DATA DE PUBLICAÇÃO: Semanário Oficial de 28/12/2018.

1.5. AUTORIDADE EMITENTE: Superintendente do IPM-JP

2. RELATÓRIO DA AUDITORIA: Conclui que a presente aposentadoria reveste-se de legalidade, razão pela qual se sugere o registro do ato concessório.

3. PARECER DA PROCURADORIA: Oral, na sessão, em harmonia com a Unidade Técnica de Instrução.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, na sessão realizada nesta data, *ACORDAM*, à unanimidade, em conceder registro ao ato de aposentadoria da **Srª Sueli Cardoso de Luna da Silva**, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos de proventos feitos pelo órgão de origem.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TCE - Sala das Sessões da 1ª Câmara, Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa
João Pessoa, 30 de Janeiro de 2020.

Assinado 5 de Fevereiro de 2020 às 12:38



Cons. Antônio Gomes Vieira Filho
PRESIDENTE

Assinado 4 de Fevereiro de 2020 às 08:48



Cons. Fernando Rodrigues Catão
RELATOR

Assinado 4 de Fevereiro de 2020 às 13:31



Luciano Andrade Farias
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO